

## SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**CAMILA NETO FERNANDES ANDRADE**

Mestrado em Educação Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, São Paulo (Brasil).

Professora pela Universidade Santa Cecília - UNISANTA, São Paulo (Brasil).

[camilaandrade3@gmail.com](mailto:camilaandrade3@gmail.com)

**PAULO SERGIO RODRIGUES DE PAULA**

Doutor em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina -

UFSC, Florianópolis (Brasil). Professor pela Centro Universitário

FIEO - UNIFIEO, Osasco (Brasil).

[sergiorodrigues@gmail.com](mailto:sergiorodrigues@gmail.com)

**Resumo:** A partir da política de inclusão no sistema educacional de pessoas com deficiência, às unidades escolares passaram a lidar com uma nova demanda: a adaptação do currículo e do espaço escolar às singularidades desse público. Diversas ferramentas foram usadas para que ocorresse essa adaptação, como a estudada pelo presente artigo, a Sala de Recursos Multifuncionais. Serão analisadas as funções dessa sala nas escolas e o seu papel na política de inclusão. Como escopo do artigo, serão analisadas as propostas e a instalação dessas salas na Rede Municipal de Educação de São Paulo, verificando se há concordância entre as necessidades de uma política de inclusão e a instalação das Salas de Recursos Multifuncionais na rede educacional citada.

**Palavras-chave:** Inclusão; Recursos Multifuncionais; Rede Municipal de Educação de São Paulo.

**Abstract:** From the policy of inclusion in the educational system of people with disabilities, school units started to deal with a new demand: the adaptation of the curriculum and the school space to the singularities of this public. Several tools were used to bring about this adaptation, such as the one studied by this article, the Multifunctional Resource Room. The functions of this room in schools and its role in the inclusion policy will be analyzed. As the scope of the article, the proposals and the installation of these rooms in the Municipal Education Network of São Paulo will be analyzed, checking if there is agreement between the needs of an inclusion policy and the installation of the Multifunctional Resource Rooms in the educational network mentioned.

**Keywords:** Inclusion; Multifunctional Resource; Municipal Education of São Paulo

**Resumen :** A partir de la política de inclusión en el sistema educativo de las personas con discapacidad, las unidades escolares comenzaron a abordar una nueva demanda: la adaptación del currículo y el espacio escolar a las singularidades de este público. Se utilizaron varias herramientas para lograr esta adaptación, como la estudiada en este artículo, la Sala de recursos multifuncionales. Se analizarán las funciones de esta sala en las escuelas y su papel en la política de inclusión. Como el alcance del artículo, se analizarán las propuestas y la instalación de estas salas en la Red Municipal de Educación de São Paulo, verificando si existe un acuerdo entre las necesidades de una política de inclusión y la instalación de las salas de recursos multifuncionales en la red educativa mencionada.

**Palabras clave:** Inclusión; Recursos Multifuncionales; Red Municipal de Educación de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, emergiu, no contexto escolar, um paradigma que privilegia a inclusão, momento no qual crianças com diversos tipos de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e até mesmo altas habilidades passam a ser matriculadas em salas comuns do ensino regular. Esse movimento inclusivo gera uma série de demandas no contexto escolar, desde uma reflexão sobre o que é o currículo escolar e quais são os seus conteúdos legítimos até as concepções do que sejam sucesso e fracasso escolar. Um dos pontos que geram reflexões é o planejamento de espaços adequados a tais alunos e quais tecnologias são auxiliares a fim de possibilitar o sucesso escolar deles.

Antigamente, os alunos que possuíam alguma deficiência estavam excluídos do espaço escolar regular, pois não recebiam uma educação formal. Eles eram atendidos por escolas especiais, o que causava a invisibilidade social desses alunos, ou simplesmente não frequentavam um espaço escolar, o que aumentava a desigualdade e a exclusão, pois os espaços não eram planejados para que houvesse a inclusão dessas pessoas.

O presente artigo objetiva estudar um dos recursos utilizados pelas redes de ensino na passagem dessa exclusão social para a inclusão dos alunos com deficiência, a Sala de Recursos Multifuncionais. Além de ser um espaço diferenciado no ambiente escolar, o profissional que atua nessa sala pretende não só atender os alunos nas suas necessidades como criar recursos e estratégias que ajudem outros professores da unidade escolar a incluir esses alunos.

Por isso, a Sala de Recursos Multifuncionais torna-se uma estratégia interessante dentro do paradigma da inclusão, pois gera reflexão aos demais profissionais em relação à inclusão e permite que sejam desenvolvidas ferramentas que possibilitem o sucesso escolar desses alunos. Pretende-se, nesse artigo, analisar como funciona a Sala de Recursos Multifuncionais e quais são as suas reais possibilidades.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro do paradigma da inclusão é preciso que sejam desenvolvidos recursos para que os alunos com deficiência possam atingir o sucesso escolar. O contexto do trabalho de um espaço destinado ao público de pessoas com deficiência pode ser resumido da seguinte maneira:

Tão violento é deixar crianças e jovens sem escola [...]. Igualmente violento é deixá-los na escola, matriculados, com lugar marcado na sala de aula, mas sem aprender, sem o acesso a todos os instrumentos e estratégias que respondam às suas necessidades peculiares: professores que saibam do que realmente estas crianças e jovens necessitam; equipe de profissionais que saiba orientar professores e familiares, acompanhando-os no processo de ensino aprendizagem de seus alunos e filhos, número suficiente de pessoas para cuidar destes alunos na escola; número menor de alunos por sala de aula; salas de recurso em pleno funcionamento; estrutura física dos prédios adequada possibilidades de locomoção garantidas; projeto pedagógico coletivo estrutura e funcionamento administrativos compatíveis com o projeto pedagógico e com as singularidades dos diferentes grupos de crianças e jovens (PADILHA, 2007, p.97).

A oferta de vagas nas instituições escolares não é suficiente para que o aluno possa alcançar os conteúdos e habilidades propostos nos diferentes currículos ofertados pelas escolas. Porém, quando ofertadas, há outro problema: o espaço não está preparado para receber pessoas com deficiência. Por isso, Omote (2008, p. 24) afirma que "a aplicação dos princípios da inclusão na Educação exige uma grande revisão nas práticas pedagógicas tradicionais". Ou seja, ao propor uma escola inclusiva, na qual todos possam aprender, a escola deverá modificar o modo como oferta o conhecimento.

As Salas de Recursos Multifuncionais são ferramentas da Rede Municipal da Educação de São Paulo organizadas conforme o Decreto n. 57.379, de 13 de outubro de 2016. Conforme o documento (SÃO PAULO, 2016) pretende-se o atendimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades e/ou superdotação (AH/SD) nas unidades educacionais. Nesse decreto, fica estabelecido que o professor responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais deve avaliar, agrupar e ofertar aos alunos atendidos um espaço e tempo diferenciados daquele oferecido no seu turno regular, objetivando criar as condições necessárias para que esse público possa beneficiar-se dos conteúdos fornecidos pelo currículo escolar.

Ao considerar a proposta da Sala de Recursos Multifuncionais é preciso, além de saber o que o decreto estabelece, comparar a proposta com o que alguns autores apontam como necessidades para atender os estudantes com deficiência, TGD ou AH/SD. Existem diversos documentos que regulam a inclusão de alunos com deficiência, como a proclamação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) e com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Além disso, a Declaração de Salamanca (NAÇÕES UNIDAS, 1994), resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, referenda “o princípio da integração” e pauta-se “no reconhecimento das necessidades de ação para conseguir ‘escolas para todos’, isto é, instituições que incluam todo mundo, reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de cada um”. Enquanto diversos teóricos da educação e as legislações constatarem a necessidade de educação para todos é preciso observar como essa inclusão ocorre nas efetivas redes de ensino.

Constata-se uma melhora progressiva na matrícula dos alunos com deficiência, porém, o aprendizado deles não avança na mesma velocidade (PRIETO, 2002, 2004). Prieto (2004) constata que:

Embora todos os documentos legais sobre Educação elaborados após a Constituição Federal de 1988 o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para aqueles hoje denominados alunos com necessidades educacionais especiais, sabe-se que não se viabiliza a referida prerrogativa sem que se garanta, enquanto responsabilidade do Estado, suportes humanos, físicos, materiais e outros. Isso implica, necessariamente, maior investimento financeiro e compromisso político com a educação brasileira, portanto, a figuração dessa área de política social como prioridade, de fato, do governo (PRIETO, 2004, p. 14/15).

Como o presente artigo visa o estudo da Sala de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Educação de São Paulo, é preciso observar qual é a proposta, como ocorreu a implementação e as dificuldades que surgiram a partir disso.

Segundo o Decreto n. 57.379, de 13 de outubro de 2016 (SÃO PAULO, 2016), a Sala de Recursos Multifuncionais deve ter espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos a fim de garantir o atendimento educacional especializado (AEE). São considerados público-alvo do AEE estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Os alunos público-alvo da AEE têm acesso a uma carga horária diferenciada, a fim de serem atendidos tanto no ensino regular como no atendimento especial. O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve ter uma formação apropriada para isso, pois “a partir do momento que há um conjunto de especificidades que demandam conhecimentos para atuar com um determinado alunado” (PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, 2018, p. 973), é preciso que

o professor esteja preparado para lidar com essas demandas e para isso é necessário ter uma pós-graduação na área da Educação Especial com carga horária mínima de 360 horas.

O atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (PLETSCH, 2009, p. 148)

Assim sendo, a educação inclusiva exige um novo tipo de formação àquelas instituições que oferecem a formação aos professores. A demanda é por um novo olhar sobre a formação docente e não a mera criação de disciplinas voltadas a alunos com deficiência, pois essa pode resultar numa distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não as possuam, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização (BUENO, 1999, p. 18).

A própria Rede Municipal de Educação de São Paulo determina uma formação para o professor de Sala de Recursos Multifuncionais: “formação específica dos professores para atuação nos serviços de Educação Especial e de formação continuada dos profissionais de educação que atuam nas classes comuns das unidades educacionais” (SÃO PAULO, 2016). Em seu estudo sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, Hummel (2012, p. 84) elencou as seguintes disciplinas na formação de professores que atuam no referido espaço: Tecnologia Assistiva: conceitos e categorias; Noções básicas de informática; Fundamentos teóricos de Língua e Linguagem: Comunicação Suplementar e Alternativa; Atividades práticas com o uso do software Boardmaker; Análise Psicopedagógica de Objetos de Aprendizagem e Softwares Educacionais; Análise Psicopedagógica de Objetos de Aprendizagem e Softwares Educacionais e Intervenção pedagógica com o uso de TA. Observa-se que, nessa formação, há uma preocupação em torno do domínio tecnológico dos recursos apropriados a alunos com deficiência e a elaboração de conceitos relativos a esses alunos.

Pela formação dos professores, constata-se que espaço é constituído de recursos tecnológicos assistivos:

A Tecnologia Assistiva é apresentada como um auxílio que tem como objetivo promover a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitar a realização de uma função que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. Portanto, as Tecnologias Assistivas são desde recursos simples e de baixo custo que podem ser utilizados em sala de aula, conforme as especificações de cada aluno com necessidades especiais, até sofisticados programas especiais de computadores que visam à acessibilidade (EMER, 2014, p. 3).

Além de considerarmos a legislação que regula a educação inclusiva, a formação docente e o uso de tecnologias assistivas, é preciso compreender a própria organização da Sala de Recursos Multifuncionais. Segundo PASIAN, *et. al.*, (2017), há diversos aspectos ainda a serem melhorados nesse espaço: uma concepção mais clínica que escolar, esclarecimento sobre critérios de seleção e atendimento do público-alvo, necessidade de um trabalho interdisciplinar e clareza quanto aos conteúdos desenvolvidos nesse espaço.

Considerando o referencial teórico levantado, é preciso observar como, na prática, a Rede Municipal de Ensino estabelece o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais e quais são os seus resultados. Desse modo, será possível analisar se houve avanços na política de inclusão com o estabelecimento das Salas de Recursos Multifuncionais.

## **METODOLOGIA**

Considerando que o presente artigo objetivou analisar a Sala de Recursos Multifuncionais como espaço privilegiado para a implantação e a expansão das políticas de inclusão no espaço escolar, foi preciso observar qual é o contexto no qual emerge esse espaço como uma das soluções a fim de possibilitar a inclusão, qual é a legislação que sustenta a implantação desse espaço nas unidades educacionais e como esses espaços vêm sendo organizados nas redes de ensino, como a Rede Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, objeto de análise no decorrer do artigo.

Optou-se, como metodologia, por uma Revisão da Literatura. Em um primeiro momento, foram analisados documentos e pensadores que propuseram a atual mudança de paradigma educacional. Ao observarem as discrepâncias sociais que surgiam de uma escola não-inclusiva, que classificava os alunos como aptos e não-aptos ao espaço escolar, legisladores e pensadores da educação perceberam que o espaço escolar surgia como um espaço de exclusão, pois não permitia a capacitação e o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Após o levantamento dessa literatura, o artigo colocou foco nas legislações que regulam as Salas de Recursos Multifuncionais. Novamente, a pesquisa bibliográfica também citou os autores que propuseram a criação desses espaços e quais objetivos devem ser atendidos. A legislação, normalmente, é a cristalização de anos de estudo e propostas de pensadores, por isso é preciso recuperar os conceitos e estratégias elaboradas por esses pensadores para as Salas de Recursos Multifuncionais.

## ANÁLISE DE DADOS

Como dito no referencial teórico, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) foi uma solução apresentada pelo governo federal, a partir do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, promovido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação às redes municipais e estaduais de educação a fim de implantar o paradigma de uma escola inclusiva no Brasil. A partir dessa proposta, as redes adaptaram à sua realidade as demandas do programa.

No período de 2005 a 2011 foram disponibilizadas 37.801 salas de recursos multifuncionais em 5.019 municípios. (...) Até 2010, esta ação contemplou 83% dos municípios brasileiros, sendo implementada em 43% das escolas públicas com matrícula de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular (REBELO, 2019, p. 3).

Ao constatar a implantação de uma política é importante observar como ela está sendo absorvida por cada rede. "Mesmo com a política definida pelo poder central, cada município acaba assumindo diferentes configurações na oferta do atendimento educacional especializado, de acordo com suas condições próprias" (REBELO, 2019, p. 8). Desse modo, o presente artigo deve focar a Rede Municipal de Educação de São Paulo. Para isso, é preciso caracterizar, com mais detalhes, quais são as demandas de uma SRM.

A SRM surge como uma forma de “apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2007). Nesse período, as Salas de Recursos Multifuncionais foram divididas em dois tipos distintos. Alves esclarece que:

Existem dois tipos de SRM: Tipo I e Tipo II. Esses espaços são constituídos de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos e de acessibilidade. A proposta é que as SRM atendam a



todas as deficiências, sendo que as salas do tipo II são equipadas com materiais e equipamentos específicos para atender os alunos com deficiência visual (ALVES, 2018, p. 39).

Desse modo, a sala irá conter diversos materiais que vão auxiliar o professor especialista em alunos com deficiência, além de permitir que esse professor especialista auxilie os demais, na unidade escolar, a atender tais alunos.

A necessidade de diferentes recursos está explícita também no documento que regula a SRM na Rede Municipal de Educação de São Paulo:

(...) a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM poderá ser instalada em unidades educacionais e espaços educativos com local adequado e dotada, pela unidade educacional, pela DRE e pela Secretaria Municipal de Educação, com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do AEE no contraturno (SÃO PAULO, 2016, Art. 9º).

Neste sentido, o professor especialista que atende na SRM irá receber os alunos público-alvo no contraturno, horário que permitirá desenvolver habilidades que facilitem o aprendizado desses alunos na sala regular. Como visto, os recursos utilizados na SRM são de dois tipos, dependendo de quais alunos serão atendidos. A Rede Municipal de São Paulo leva as distinções a partir dos tipos de deficiência também para a formação dos professores especialistas em alunos com deficiência:

(...) diferente da perspectiva nacional prevista pelo MEC, a qual foca o AEE, na modalidade à distância e um professor generalista para atuação com todo o Público do Atendimento Educacional Especializado (PAEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), a Secretaria Municipal de Ensino de São Paulo, apresenta uma política diferenciada, construída ao longo dos anos e que, historicamente, privilegia uma formação categorial, ou seja, por área específica – Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF), Deficiência Visual (DV) e Deficiência Intelectual (DI) (LARA, 2017, p. 6)

Desse modo, a Rede Municipal de Educação de São Paulo procura auxiliar o professor no seu atendimento formando, de um modo mais profundo, as suas capacidades de atendimento. De um lado, perde-se a uma visão mais geral que o professor teria, diminuindo o escopo de público-alvo da SRM, por outro lado, o professor pode se aprofundar no atendimento, permitindo que sejam planejadas SRM voltadas a determinadas deficiências, evitando soluções generalistas que não permitem a aproximação do professor com a singularidade de um determinado aluno.

Outro ponto a ser observado no Decreto Nº 57.379, é que “a SRM será instalada mediante indicação do CEFAl em conjunto com o Supervisor Escolar, em função da existência de demanda” (SÃO PAULO, 2016, Art. 9º). Com isso, a instalação dessas salas será de maneira orgânica, pois dependerá da demanda daquela unidade escolar. Uma instância citada no documento é o Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), responsável, “com os demais profissionais da DRE, (por) articular e desenvolver ações que garantam a implementação das políticas públicas de Educação Especial e das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação em cada território” (SÃO PAULO, 2016, Art. 8º). Esse acompanhamento permite que o profissional que atue em SRM encontre outros especialistas a fim de desenvolver ações, “certamente uma notável tentativa de garantir na prática o estabelecido nas leis nacionais e na municipal, qual seja, o de atender às especificidades das necessidades educacionais especiais na perspectiva de uma educação inclusiva” (OLIVEIRA & DRAGO, 2012, p. 353).

A SRM emerge, no contexto da Rede Municipal de Educação de São Paulo, em continuidade à própria história da rede em relação à inclusão: “a SME caminha em direção a um amadurecimento e maior direcionamento de ações diferenciais que consolidam a expansão do atendimento especial e uma compreensão mais adequada do próprio conceito de necessidades educacionais especiais” (OLIVEIRA & DRAGO, 2012, p. 353). Ou seja, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo já possui um histórico de avanços na área da educação inclusiva e a SRM consolida isso por alguns aspectos: por ser suporte dos alunos com deficiência, permitindo a frequência desses alunos no ensino regular; por ser um espaço com recursos e materiais de auxílio a esses alunos; por permitir que sejam elaboradas estratégias para a melhoria de aprendizagem desses alunos; por conter um profissional especializado e por ser auxiliada por outras instâncias, permitindo o refinamento das ações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre os desafios pelos quais passa a educação, a inclusão é uma das mais complexos. Por ser um tema recente, a bibliografia sobre o assunto é nova. Observa-se que os autores que lidam com o tema estão desenhando uma nova forma de educação, discutindo desde a importância de que haja inclusão nos sistemas educacionais até as formas de incluir alunos com deficiências diversas. Há uma demanda alta na área: de alunos que não estavam sendo atendidos pelo sistema

educacional e de professores que, ao lidar com alunos com deficiência, procuram teorias e ações que possibilitem a aprendizagem desses alunos.

A inclusão tornou-se necessária quando autores e legisladores apontaram o problema de toda uma classe de pessoas que estavam invisíveis na sociedade, incluindo o sistema educacional: as pessoas com deficiência. Por não terem acesso ao sistema educacional, essas pessoas também não eram preparadas para o mercado de trabalho; esse, por sua vez, não absorvia pessoas com deficiência, dificultando qualquer inserção social dessas pessoas. Foi para quebrar tal ciclo que diversos autores formularam as políticas de inclusão, que serão, depois, ratificadas em leis e tratados. A proposta é que os alunos com deficiência estejam nas mesmas salas que os demais alunos.

Uma solução para a mediação desse aluno com deficiência e as classes regulares são as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Estabelecida por políticas federais, adotada pelas redes estaduais e municipais de educação, a SRM propõe que haja, na unidade escolar, uma sala com mobiliário e ferramentas que permitam o desenvolvimento de habilidades por parte dos alunos com deficiência. Essas habilidades são desenvolvidas a partir de uma estratégia: formar habilidades que sejam aproveitadas nas salas regulares, respondendo a duas demandas da inclusão, a saber, o olhar sobre a singularidade do aluno com deficiência e o acompanhamento das aulas regulares, sem separação.

Para além dos mobiliários e ferramentas, a SRM é conduzida por um profissional que passou por uma formação específica para trabalhar com os alunos com deficiência. O professor responsável pela SRM deve compreender que o seu trabalho não é adaptar o currículo a esses alunos, mas desenvolver habilidades que permitam que esses alunos atinjam o currículo como os demais.

Na Rede Municipal de Educação de São Paulo, a política de SRM foi adotada com a ratificação dessa ferramenta por decreto. Há uma preocupação, nos documentos da Prefeitura de São Paulo, pela oferta de mobiliário, jogos e ferramentas que desenvolvam habilidades de aprender a aprender. Há, também, a formulação de um atendimento ao aluno com deficiência no contraturno, momento privilegiado do fazer pedagógico por diversos motivos: o professor da SRM atende grupos menores, permitindo um olhar mais aprofundado; ele também possui ferramentas que podem ajudar os demais professores da unidade escolar, pois desenvolve estratégias para que os alunos com deficiência atinjam o currículo, e também observa os avanços desses alunos, permitindo mudar o olhar, das deficiências para os avanços.

Um ponto positivo da formação do professor de SRM é a sua especialização. Há diversas áreas de especialização, como a deficiência intelectual ou a auditiva, o que permite o aprofundamento do profissional sobre uma determinada deficiência. Considerando as singularidades dos alunos com deficiência, o agrupamento de deficiências por tipo permite que o profissional que atua na SRM possa desenvolver estratégias de aprendizagem para os alunos, sem que caia em uma generalização ao tentar compreender, da mesma maneira, todas as deficiências.

Outro ponto positivo da política de SRM na Prefeitura de São Paulo é a implantação das salas. A SRM só é implantada em uma unidade educacional mediante a demanda daquela unidade, o que mostra uma política orgânica, que responde às necessidades da rede. Além disso, a SRM é acompanhada pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), criando um verdadeiro trabalho de rede, pois o CEFAI servirá como suporte ao professor.

A SRM, conforme sua implementação na Rede Municipal de Educação de São Paulo, consegue ajudar na consolidação da inclusão, pois cria um espaço de desenvolvimento dos alunos com deficiência, permitindo que esses alunos possam frequentar, com sucesso, as salas regulares de ensino, meta maior da inclusão educacional.

## **AGRADECIMENTOS**

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, H. C. V. Atuação docente na sala de recursos multifuncionais da rede municipal de Macapá/PA. Dissertação (mestrado). 2018.

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007. In: Marcos Político-Legais da Educação Especial: na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BUENO, J. G. Educação inclusiva: princípios e desafios. Revista Mediação, n. 1, p. 22-28, 1999.

EMER, S. O. Formação Docente para o uso de tecnologia assistiva na Educação Infantil. Cinted - Novas Tecnologias na Educação. V. 12 Nº 2, dezembro, 2014.

LARA, P. T. Política de inclusão escolar no município de São Paulo: a formação de professores como base para a inclusão. *Jornal de Políticas Educacionais*. Vol. 11. Número 7. 2017

HUMMEL, E. I. Formação de professores de salas de recursos multifuncionais para o uso da tecnologia assistiva. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

NAÇÕES UNIDAS, Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994.

OLIVEIRA, A. A. S. & DRAGO, S. L. S. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*,

OLIVEIRA, N. D. M.; CORDEIRO, A. F. M. O que pensam as equipes diretivas escolares sobre o atendimento educacional especializado (AEE). *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, e173991, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982018000100135&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982018000100135&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 out. 2018.

OMOTE, S. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 65-73, 1994.

PADILHA, A. M. L. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo.... In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). *Políticas e Práticas de educação inclusiva*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 93-120.

PAPI, S. O. G. Desenvolvimento profissional de docentes iniciantes na educação especial. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 747-770, jun. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217562362018000200747&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362018000200747&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 out. 2018.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 33, e155866, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982017000100111&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982017000100111&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 out. 2018.

---

Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. *Cad. Pesq.*, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 964-981, set. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742017000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 out. 2018.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

PRIETO, R. G. Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores. 2002. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73:politicas-publicas-de-inclusao-compromissos-do-poder-publico-da-escola-e-dos-professores&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73:politicas-publicas-de-inclusao-compromissos-do-poder-publico-da-escola-e-dos-professores&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17)>. Acesso em: 05/05/2019.

\_\_\_\_\_. Políticas de melhoria da escola pública para todos: tensões atuais. 2004. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26:sessao-especial-politicas-de-melhoria-da-escola-publica-para-todos-tensoes-atuais&catid=5:educacao-especial&Itemid=16](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26:sessao-especial-politicas-de-melhoria-da-escola-publica-para-todos-tensoes-atuais&catid=5:educacao-especial&Itemid=16)>. Acesso em: 05/05/2019.

REBELO, A. S. O programa de implantação de recursos multifuncionais: indicadores e aspectos operacionais [entre 2011 e 2019]. Disponível em: <http://ppees.ufms.br/wp-content/uploads/2015/02/Rebelo-Anped-co.pdf>. Acesso em: 15/05/2019.

SÃO PAULO. Decreto n. 57.379, de 13 de outubro de 2016.

**Recebido 03/11/2019**  
**Aprovado 30/05/2020**